

Os Cursos Descentralizados de Saúde Pública

Introdução:

Chegamos à ENSP em 1969, para Coordenar o Curso de Odontologia Social, em um momento em que o país ainda estava sob a influência do regime militar. Verificamos claramente que se esboçava um movimento de mudanças na Escola, liderado por alguns docentes.

Gostaríamos de destacar que, naquela ocasião o Departamento de Ciências Sociais, implantou o "Projeto de Educação em Saúde Através do Teatro", (Luiz Mendonça) visando envolver a participação popular.

Era uma oportunidade para pensar, conhecer, refletir, numa época que falar em reflexão era um ato de coragem. (Lenita Peixoto Vasconcelos - "A Vida Continua" - Em dia com a ENSP —Ano II — No. 10)

Como eram peças sociologicamente avançadas, o SNI obrigou o Departamento encerrar as atividades, e quase todos professores que participavam do Projeto foram presos. Aonde vivenciamos tempos difíceis.

A idéia da criação, implementação e descentralização do Curso Básico de Saúde Pública surgiu em 1974, reforçada pela necessidade de acelerar a capacitação de profissionais no campo da saúde pública, decorrente da demanda de candidatos de vários Estados para atuarem na execução de programas prioritários em saúde coletiva e, em particular, na expansão da rede permanente de serviços de saúde.

Como primeira etapa do processo, a ENSP realizou várias reuniões com o corpo docente visando debater as linhas gerais de um Curso de Saúde Pública descentralizado.

Em seguida a direção da Escola manteve entendimentos com algumas Secretarias Estaduais de Saúde, visando avaliar o interesse da proposta de descentralização do Curso de Saúde Pública que vinha sendo ministrado na sede da ENSP.

Como terceira providência, realizou-se um Seminário, no período de 13 a 15 de maio de 1975, para se definir as bases da proposta de descentralização.

Participaram do Seminário, além de docentes da Escola, representantes das Secretarias Estaduais de Saúde do Pará e do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Pará e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Tendo como recomendação final, a reformulação do Curso de Saúde Pública, definindo-se: objetivos, conteúdo curricular, disciplinas e carga horária.

Após sua reformulação, o Curso de Saúde Pública, passou a ser compreendido como um Curso Básico na formação do sanitarista, se complementando com a especialização em Planejamento ou Epidemiologia (Tania Celeste Matos Nunes- Uma escola para a Saúde-"A valorização do"Instituinte" na Construção do Modelo de Escola Nacional: ENSP de 1970 a 1980.

No mesmo mês o Conselho de Ensino e Pesquisa da ENSP, aprovou o Projeto do Curso Básico de Saúde Pública, autorizando à **Escola** articular junto aos órgãos Regionais e Estaduais a descentralização do Curso Básico, com as seguintes atribuições:

- Prestar assistência administrativa para organização do Curso;
- Participar financeiramente de acordo com as necessidades de cada Curso;
- Colaborar com professores para suprir a necessidade de docentes locais.
- Participar do processo de seleção dos candidatos inscritos e de avaliação dos alunos;
- Prestar assistência técnica-didática;
- Prestar assessoria sobre métodos e técnicas de ensino;
- Supervisionar e avaliar permanentemente o Curso;
- Emitir diplomas para os alunos que concluíssem o Curso com aproveitamento.

Implantação e Expansão do processo de descentralização

A ENSP elegeu os Estados do Pará e do Rio Grande do Sul para iniciar o processo de implantação do Projeto do Curso Básico. No ano seguinte, 1976, o Curso foi descentralizado para os Estados da Bahia, coordenado pela Secretaria Estadual de Saúde, e de Pernambuco, coordenado pelo Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães.

A experiência inicial sinalizou dois importantes aspectos no processo de descentralização do Curso Básico de Saúde Pública:

Adaptação do conteúdo curricular e da metodologia às condições locais, uma vez respeitado o currículo mínimo aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa e a regionalização de cada Curso.

O curso com sede numa determinada Capital atenderia a demanda de candidatos do próprio Estado e de Estados satélites, de acordo com o esquema abaixo:

- 1) Curso com sede em Belém, para os candidatos dos Estados e Territórios da Região Norte;
- 2) Curso com sede em Recife, para os candidatos dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- 3) Curso com sede em Salvador, para os candidatos dos Estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo;
- 4) Curso com sede em Porto Alegre, para candidatos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esse esquema ou metodologia, otimizou os contatos com as Secretarias de Saúde dos Estados que, indiretamente participavam do processo, na medida em que eram realizadas atividades para divulgação, inscrição de candidatos além de trabalhos docentes nos Estados Satélites.

Antes da implantação do Curso nos Estados era realizado um levantamento preliminar visando definir as suas disponibilidades de:

Recursos Humanos: coordenação local; pessoal de apoio; corpo docente;

Recursos materiais: espaço físico; equipamento; material de expediente;

Recursos Financeiros: Secretaria Estadual de Saúde, Universidade, Superintendências de Desenvolvimento Regional)

Corpo docente

A indicação dos professores era feita pela Coordenação local, encaminhando à ENSP, o *Curriculum Vitae* de cada candidato, para análise.

A orientação do corpo docente era feita antes da instalação do Curso, pela Coordenação local, reforçada posteriormente por um Seminário com a presença de professores dos diferentes Departamentos da ENSP.

A política de descentralização do Curso Básico visou, também, a criação e o fortalecimento de um núcleo de professores no campo da saúde pública capaz de, em pouco tempo, assumir não só as disciplinas do Curso, como também influenciar o ensino de graduação da área da saúde.

No período de 1975 a 1980, os professores vinculados às Universidades cobriram 33% da carga horária dos Cursos ministrados, enquanto os vinculados as Secretarias de Saúde participaram com 26% das horas docentes e da ENSP 41%.

Seminários de Avaliação

Foram promovidos seis (6) encontros, com o objetivo de acompanhar o processo de descentralização, com a participação de docentes da ENSP e dos Cursos Descentralizados, Equipes das Coordenações e Representantes dos Egressos dos Cursos.

Na oportunidade foram discutidos e analisados, entre outros os: aspectos relacionados com o desempenho administrativo, o processo ensino-aprendizagem, o corpo docente envolvido, o corpo discente e a programação curricular,

Corpo Discente

A seleção dos candidatos era feita através de uma comissão constituída por representantes da ENSP e das Secretarias Estaduais de Saúde, Universidades e da SUDAM.

O processo de seleção dos candidatos compreendia três etapas:

- 1) Prova escrita - para avaliar os conhecimentos gerais do candidato visando o acompanhamento do Curso;
- 2) Entrevista - com o objetivo de avaliar o interesse do candidato pelo curso e suas ideias relativamente aos problemas sociais, econômicos e sanitários da Comunidade;
- 3) Curriculum Vitae - para avaliar a experiência profissional, cursos realizados ,artigos científicos e trabalhos produzidos;

As Técnicas utilizadas foram diversificadas: aulas expositivas, trabalhos em grupo; seminários, painéis e estudos dirigidos. Cabendo ao docente a escolha da técnica, de acordo com o seu domínio, objetivo, conteúdo e carga horária da disciplina.

Quanto a profissão, o maior percentual de egressos foi de médicos com 37%, seguidos de enfermeiros com 28% e odontólogos com 10% e outros profissionais, 25%. Concluindo-se que 75% dos egressos são de profissionais com a formação na área da saúde.

Conclusão

O Programa de descentralização foi implantado em 20 Estados, no período de 1975 à 1985, totalizando 100 Cursos ministrados e mais de 3.000 egressos. Podemos destacar que a grande maioria dos egressos vem atuando em atividades de coordenação e administração na área da saúde, nos níveis

federal, estadual, municipal ou nos órgãos de ensino do país, resultando em importante impacto, nas Secretarias Estaduais de Saúde, principalmente quanto a:

- capacitação dos seus recursos humanos, assegurando a continuidade do processo;
- criação de um órgão voltado ao desenvolvimento de seus recursos humanos;
- criação da carreira de sanitarista.

Destacamos, ainda outros resultados obtidos com esse trabalho, tais como:

- integração da Universidade com os Serviços de Saúde;
- capacitação de alguns Estados de sorte assumirem a administração e coordenação dos cursos;
- intercâmbio das experiências docentes, influenciando na estrutura dos Cursos ministrados na ENSP;
- Os seminários de Avaliação dos Cursos descentralizados serviram como fonte alimentadora dos projetos que surgiam no interior da ENSP.

Gostaríamos de apresentar alguns depoimentos de professores da ENSP, publicados na obra "Uma Escola para a Saúde" visando reforçar estas conclusões, sobre os resultados alcançados:

"... o Programa dos Cursos Descentralizados produziu um grande impacto na relação da ENSP com a formação de quadros para o sistema de saúde brasileiro estabelecendo novas bases de relação com o Sistema de Saúde. (Tania Celeste Matos Nunes - "A Valorização do Instituinte na Construção do Modelo da Escola Nacional". (174)

"... a descentralização dos cursos de saúde pública, urna das mais fascinantes experiências de saúde pública continental, pois decidia-se a suprir a necessidade de formação de recursos humanos em saúde pública de um país imenso, com realidades muito diferentes..." (Paulo Marchiori Buss — Prefacio --- Uma escola para a saúde) (11)

... a ENSP deu inicio à experiência dos cursos descentralizados que viriam somar a esse processo de redefinição da formação de recursos humanos para a saúde pública. (81)